

Jean-François Lyotard

A condição pós-moderna

Tradução

Ricardo Corrêa Barbosa

Posfácio

Silviano Santiago

20ª edição revista

JO JOSÉ
OLYMPIO

Rio de Janeiro, 2021

Tempos pós-modernos

A verdade é que a ciência favoreceu a ideia de uma força intelectual rude e sóbria que torna francamente insuportável todas as velhas representações metafísicas e morais da raça humana.

Robert Musil, *O homem sem qualidades*, I

Com o início, por volta dos anos 50, da chamada “era pós-industrial”, assistimos a modificações substantivas nos estatutos da ciência e da universidade. O mais importante nesse processo de modificação, cuja origem encontra-se na “crise da ciência” (e da verdade) ocorrida nos últimos decênios do séc. XIX, não foi apenas a eventual substituição de uma “má” concepção da ciência (a empirista, por exemplo) por outra qualquer. O que de fato vem desde então ocorrendo é uma modificação na natureza mesma da ciência (e da universidade) provocada pelo impacto das transformações tecnológicas sobre o saber. A consequência mais imediata desse novo cenário foi tornar ineficaz o quadro teórico proporcionado pelo filósofo (leia-se: metafísico) moderno que, como sabemos, elegeu como sua questão a problemática do conhecimento, secundarizando as questões ontológicas em face

às gnoseológicas. Mas, ao proceder dessa maneira, fez da filosofia um metadiscurso de legitimação da própria ciência. A modernidade do quadro teórico em questão encontra-se exatamente no fato de conter certos *récits* aos quais a ciência moderna teve que recorrer para legitimar-se como saber: dialética do espírito, emancipação do sujeito razoável ou do trabalhador, crescimento da riqueza e outros. Desde o momento em que se invalidou o enquadramento metafísico da ciência moderna, vem ocorrendo não apenas a crise de conceitos caros ao pensamento moderno, tais como “razão”, “sujeito”, “totalidade”, “verdade”, “progresso”. Constatamos que ao lado dessa crise opera-se sobretudo a busca de novos enquadramentos teóricos (“aumento da potência”, “eficácia”, “otimização das performances do sistema”) legitimadores da produção científico-tecnológica numa era que se quer pós-industrial. O pós-moderno, enquanto condição da cultura nesta era, caracteriza-se exatamente pela incredulidade perante o metadiscurso filosófico-metafísico, com suas pretensões atemporais e universalizantes.

O cenário pós-moderno é essencialmente cibernético-informático e informacional. Nele, expandem-se cada vez mais os estudos e as pesquisas sobre a linguagem, com o objetivo de conhecer a mecânica da sua produção e de estabelecer compatibilidades entre linguagem e máquina informática. Incrementam-se também os estudos sobre a “inteligência artificial” e o esforço sistemático no sentido de conhecer a estrutura e o funcionamento do cérebro bem como o mecanismo da vida. Neste cenário, predominam os esforços (científicos, tecnológicos e políticos) no sentido de informatizar a sociedade. Se, por um lado, o avanço e a cotidianação da tecnologia informática já nos impõem sérias reflexões,¹ por outro lado, seu impacto sobre a ciência vem se revelando considerável.

A ciência, para o filósofo moderno, herdeiro do Iluminismo, era vista como algo autorreferente, ou seja, existia e se renovava incessantemente com base em si mesma. Em outras palavras, era vista como atividade “nobre”, “desinteressada”, sem finalidade preestabelecida, sendo que sua função primordial era romper com o mundo das “trevas”, mundo do senso comum e das crenças tradicionais, contribuindo assim para o desenvolvimento moral e espiritual da nação.

Nesse contexto, a ciência não era sequer vista como “valor de uso” e o idealismo alemão pôde então concebê-la como fundada em um metaprincípio filosófico (a “vida divina”, de Fichte, ou a “vida do espírito”, de Hegel) que, por sua vez, permitiu concebê-la desvinculada do Estado, da sociedade e do capital, e fundar sua legitimidade em si mesma.

“Nação” e “ciência” caminharam juntas, por exemplo, na avaliação humboldtiana, de sabor humanístico-liberal, e que esteve na base da criação da Universidade de Berlim (1807-10), modelo para muitas organizações universitárias nos meados do séc. XX.

No entanto, o cenário pós-moderno, com sua “vocação” informática e informacional, “investe” sobre esta concepção do saber científico. Como muito bem notou Alfred N. Whitehead, o séc. XX vem sendo o palco de uma descoberta fundamental. Descobriu-se que a fonte de todas as fontes chama-se informação e que a ciência — assim como qualquer modalidade de conhecimento — nada mais é do que um certo modo de organizar, estocar e distribuir certas informações. Longe, portanto, de continuar tratando a ciência como fundada na “vida do espírito” ou na “vida divina”; o cenário pós-moderno começa a vê-la como um conjunto de mensagens possível de ser traduzido em “quantidade (*bits*) de informação”. Ora, se as máquinas informáticas justamente operam traduzindo as mensagens em *bits*

de informação, só será “conhecimento científico” certo tipo de informação traduzível na linguagem que essas máquinas utilizam ou então compatível com ela. O que se impõe com o tratamento informático da “mensagem” científica é, na verdade, uma concepção operacional da ciência. Nesse contexto, a pesquisa científica passa a ser condicionada pelas possibilidades técnicas da máquina informática, e o que escapa ou transcende tais possibilidades tende a não ser operacional, já que não pode ser traduzido em bits. Assim sendo, a atividade científica deixa de ser aquela *práxis* que, segundo a avaliação humanístico-liberal, especulativa, investia a formação do “espírito”, do “sujeito razoável”, da “pessoa humana” e até mesmo da “humanidade”. Com ela, o que vem se impondo é a concepção da ciência como tecnologia intelectual, ou seja, como valor de troca e, por isso mesmo, desvinculada do produtor (cientista) e do consumidor. Uma prática submetida ao capital e ao Estado, atuando como essa particular mercadoria chamada força de produção.

Esse processo, fruto da corrosão dos dispositivos modernos de explicação da ciência, é muito apropriadamente designado por Lyotard pela expressão “deslegitimação”. No entanto, ele não se dá apenas em função da corrosão do “dispositivo especulativo” (Idealismo alemão, Hegel) ou do “dispositivo de emancipação” (Iluminismo, Kant, Marx). Essa corrosão (que Nietzsche entendeu ser uma das raízes do “Niilismo europeu”), muito bem captada em narrativas como *Pais e filhos* (Ivan Turguêniev), *O homem sem qualidades* (Robert Musil) e *Sonâmbulos* (Hermann Broch), fez surgir novas linguagens que escapam às determinações teóricas dos dispositivos modernos e aceleram sua própria deslegitimação. Da segunda lei da termodinâmica à teoria da catástrofe, de René Thom; do simbolismo químico às lógicas não denotativas; da teoria dos quanta à física pós-quântica; do

uso do paradigma cibernético-informático no estudo do código genético ao ressurgimento da cosmologia de observação; da crise da *Weltanschauung* newtoniana à recuperação da noção de “acontecimento”, “acaso”² na física, na biologia, na história, o que temos é a crise de uma noção central nos dispositivos de legitimação e no imaginário modernos: a noção de ordem. E com ela assistimos à rediscussão da noção de “desordem”,³ o que por sua vez torna impossível submeter todos os discursos (ou jogos de linguagens) à autoridade de um metadiscurso que se pretende a síntese do significante, do significado e da própria significação, isto é, universal e consistente.

Por isso mesmo é que as delimitações clássicas dos campos científicos entram em crise, se desordenam. Desaparecem disciplinas, outras surgem da fusão de antigas; as velhas faculdades dão lugar aos institutos de ensino e/ou pesquisa financiados pela iniciativa privada, pelo poder público ou por ambos. A universidade, por sua vez, enquanto produtora de ciência, torna-se uma instituição sempre mais importante no cálculo estratégico-político dos Estados atuais. Se a revolução industrial nos mostrou que sem riqueza não se tem tecnologia ou mesmo ciência, a condição pós-moderna nos vem mostrando que sem saber científico e técnico não se tem riqueza. Mais do que isto: mostra-nos, através da concentração massiva, nos países ditos pós-industriais, de bancos de dados sobre todos os saberes hoje disponíveis, que a competição econômico-política entre as nações se dará daqui para frente não mais em função primordial da tonelagem anual de matéria-prima ou de manufaturados que possam eventualmente produzir. Irá se dar, sim, em função da quantidade de informação técnico-científica que suas universidades e centros de pesquisa forem capazes de produzir, estocar e fazer circular como mercadoria.

O contexto da deslegitimação pós-moderna não pode, evidentemente, passar sem um dispositivo de legitimação. “A administração da prova”, escreve Lyotard, “que em princípio não é senão uma parte da argumentação destinada a obter o consentimento dos destinatários da mensagem científica, passa assim a ser controlada por um outro jogo de linguagem onde o que está em questão não é a verdade mas o desempenho, ou seja, a melhor relação *input/output*” [(p. 83 edição antiga: RENUMERAR: buscar trecho: “melhor relação input / output”)]. Como novo dispositivo de legitimação, o critério do desempenho impõe não apenas o abandono do discurso humanista-liberal por parte do Estado, do capital ou mesmo da universidade. Na medida em que seu objetivo é aumentar a eficácia, dá primazia à questão do erro: o importante agora não é afirmar a verdade, mas sim localizar o erro no sentido de aumentar a eficácia, ou melhor, a potência. Nessas circunstâncias, a universidade, o ensino e a pesquisa adquirem novas dimensões: formam-se pesquisadores ou profissionais, investe-se na pesquisa e na sua infraestrutura não mais com o objetivo de preparar indivíduos eventualmente aptos a levar a nação à sua “verdade”, mas sim formar competências capazes de saturar as funções necessárias ao bom desempenho da dinâmica institucional.

Após essas considerações, parece-nos razoável dizer que o texto de Lyotard contém, implícita, uma observação que reputamos fundamental: o contexto pós-moderno tende a eliminar as diferenças epistemológicas significativas entre os procedimentos científicos e os procedimentos políticos. A retomada pós-moderna dessa postura baconiana nos coloca em uma via não cartesiana, não kantiana, desde o momento em que, contrariamente ao pensado pelos dispositivos modernos de legitimação, parte do pressuposto de que “verdade” e “poder” não podem ser separados.

A ideia baconiana de que o conhecimento é o poder parece, sem dúvida, animar a construção do dispositivo pós-moderno de legitimação. No entanto, é preciso notar que, para Bacon, pensar dessa maneira constituía um modo de tentar abolir a oposição entre “técnica” e “emancipação” sem o abandono desta. O filósofo inglês era do parecer de que a construção de um “novo mundo” era objetivo fundamental e que só pela via de um conhecimento que deixasse de ser concebido como contemplação/designação de uma “ordem eterna”, perfeita, divina e transistórica, poderíamos construir uma comunidade livre de “ídolos”. A problemática do “novo mundo”, no entanto, parece não seduzir o filósofo pós-moderno, avesso às filosofias da subjetividade e aos metadiscursos de emancipação. Preocupado com o presente e com o reforço do critério de desempenho — critério tecnológico — visando com isso o reforço da “realidade” e o aumento das chances de se ter “razão”, ele parece ter abandonado os caminhos da utopia, esse modo de encantar o mundo que anima as lições de Bacon e de outros modernos. Essas, por sinal, mostram o esforço do filósofo no sentido de superar o divórcio entre inteligência e emoção. Para isso é, sem dúvida, necessário que o conhecimento (inclusive a filosofia) esteja mais perto do concreto, do presente, cooperando com as forças do acontecimento, decodificando e dando coerência aos detalhes da cotidianidade. Mas tudo isso com o objetivo de resgatar o encantamento que as religiões proporcionaram aos nossos ancestrais. Estar, sim, perto do cotidiano, do presente, mas visando a interpenetração da emoção e da ciência, da paixão e da inteligência, do sonho e da prática, de forma que a poesia possa vir a ser a flor espontânea do mundo futuro.

Wilmar do Valle Barbosa

NOTAS

1. Reflexões sobre questões éticas (direito à informação), questões deontológicas (relativas à privacidade, à vida privada) questões jurídico-políticas (transmissão transfronteira de dados — *transborder data flow*) e a questão da soberania e da censura estatal; questões culturais (diversidade e identidade cultural e a possível homogeneidade da mensagem telemática transmitida por satélite); questões político-sociais (democratização da informação, rediscussão da censura, pertinência sociocultural da informação).
2. Cf. *Communications*, nº 18, 1972 (número especial sobre a retomada da noção de acontecimento pelas ciências contemporâneas).
3. Sobre a centralidade dessa rediscussão na atual fase da pesquisa científica, cf. Edgar Morin, *La méthode I: La nature de la nature; La methode II: La vie de la vie e Le paradigme perdu: la nature humaine*, todos pela Éditions du Seuil, Paris em 1977, 1980 e 1973, respectivamente.

Introdução

Este estudo tem por objeto a posição do saber nas sociedades mais desenvolvidas. Decidiu-se chamá-la de “pós-moderna”. A palavra é usada, no continente americano, por sociólogos e críticos. Designa o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX. Aqui, essas transformações serão situadas em relação à crise dos relatos.

Originalmente, a ciência entra em conflito com os relatos. Do ponto de vista de seus próprios critérios, a maior parte destes últimos revelara-se como fábulas. Mas, na medida em que não se limite a enunciar regularidades úteis e que busque o verdadeiro, deve legitimar suas regras de jogo. Assim, exerce sobre seu próprio estatuto um discurso de legitimação, chamado filosofia. Quando este metadiscurso recorre explicitamente a algum grande relato, como a dialética do espírito, a hermenêutica do sentido, a emancipação do sujeito racional ou trabalhador, o desenvolvimento da riqueza, decide-se chamar “moderna” a ciência que a isto se refere para se legitimar. É assim, por exemplo, que a regra do consenso entre o remetente e destinatário de um enunciado com valor de verdade será tida como aceitável, se ela se inscreve na perspectiva de uma unanimidade possível de mentalidades

racionais: foi este o relato das Luzes, onde o herói do saber trabalha por um bom fim ético-político, a paz universal. Vê-se neste caso que, legitimando o saber por um metarrelato, que implica uma filosofia da história, somos conduzidos a questionar a validade das instituições que regem o vínculo social: elas também devem ser legitimadas. A justiça relaciona-se assim com o grande relato, no mesmo grau que a verdade.

Simplificando ao extremo, considera-se “pós-moderna” a incredulidade em relação aos metarrelatos. É, sem dúvida, um efeito do progresso das ciências; mas este progresso, por sua vez, a supõe. Ao desuso do dispositivo metanarrativo de legitimação corresponde sobretudo a crise da filosofia metafísica e a da instituição universitária que dela dependia. A função narrativa perde seus atores (*functeurs*), os grandes heróis, os grandes perigos, os grandes périplos e o grande objetivo. Ela se dispersa em nuvens de elementos de linguagem narrativos, mas também denotativos, prescritivos, descritivos etc., cada um veiculando consigo validades pragmáticas *sui generis*. Cada um de nós vive em muitas destas encruzilhadas. Não formamos combinações de linguagem necessariamente estáveis, e as propriedades destas por nós formadas não são necessariamente comunicáveis.

Assim, nasce uma sociedade que se baseia menos numa antropologia newtoniana (como o estruturalismo ou a teoria dos sistemas) e mais numa pragmática das partículas de linguagem. Existem muitos jogos de linguagem diferentes; trata-se da heterogeneidade dos elementos. Somente darão origem à instituição através de placas; é o determinismo local.

Não obstante, os decisores tentam gerir estas nuvens de socialidades sobre matrizes de *input/output*, segundo uma lógica que implica a comensurabilidade dos elementos e a determinabilidade do todo. Para eles, nossa vida fica reduzida ao aumento do

poder. Sua legitimação em matéria de justiça social e de verdade “científica seria a de otimizar as *performances* do sistema, sua eficácia. A aplicação deste critério a todos os nossos jogos não se realiza sem algum terror, forte ou suave: sede operatórios, isto é, comensuráveis, ou desaparecei.

Esta lógica do melhor desempenho é, sem dúvida, inconsistente sob muitos aspectos, sobretudo no que se refere à contradição no campo socio econômico: ela quer, simultaneamente, menos trabalho (para baixar os custos da produção) e mais trabalho (para aliviar a carga social da população inativa). Mas a incredulidade resultante é tal que não se espera destas contradições uma saída salvadora, como pensava Marx.

A condição pós-moderna é, todavia, tão estranha ao desencanto como à positividade cega da deslegitimação. Após os metarrelatos, onde se poderá encontrar a legitimidade? O critério de operatividade é tecnológico; ele não é pertinente para se julgar o verdadeiro e o justo. Seria pelo consenso, obtido por discussão, como pensa Habermas? Isto violentaria a heterogeneidade dos jogos de linguagem. E a invenção se faz sempre no dissentimento. O saber pós-moderno não é somente o instrumento dos poderes. Ele aguça nossa sensibilidade para as diferenças e reforça nossa capacidade de suportar o incomensurável. Ele mesmo não encontra sua razão de ser na homologia, dos *experts*, mas na paralogia dos inventores.

A questão aberta é a seguinte: uma legitimação do vínculo social, uma sociedade justa, será praticável segundo um paradoxo análogo ao da atividade científica? Em que consistiria este paradoxo?

* * *

O texto que se segue é um escrito de circunstância. É uma exposição sobre o saber nas sociedades mais desenvolvidas, proposto ao Conselho das Universidades junto ao governo de Quebec, a pedido do seu presidente. Este último autorizou amavelmente sua publicação na França, e aqui lhe agradeço.

Resta dizer que o expositor é um filósofo, e não um *expert*. Este sabe o que sabe e o que não sabe, aquele não. Um conclui, o outro interroga; são dois jogos de linguagem. Aqui eles se encontram misturados, de modo que nenhum dos dois prevalece.

O filósofo ao menos pode se consolar dizendo que a análise formal e pragmática de certos discursos de legitimação, filosóficos e ético-políticos, que sustenta nossa exposição, verá a luz depois desta. Ela a terá introduzido, por um atalho um pouco sociologizante, que, embora a reduzindo, a situa.

Tal como está, nós a dedicamos ao Instituto Politécnico de Filosofia da Universidade de Paris VIII (Vincennes), neste momento muito pós-moderno em que esta universidade corre o risco de desaparecer e o instituto de nascer.

1. O campo: o saber nas sociedades informatizadas

Nossa hipótese de trabalho é a de que o saber muda de estatuto ao mesmo tempo que as sociedades entram na idade dita pós-industrial e as culturas na idade dita pós-moderna.¹ Esta passagem começou desde pelo menos o final dos anos 50, marcando para a Europa o fim de sua reconstrução. Foi mais ou menos rápida conforme os países e, nos países, conforme os setores de atividade: donde uma discronia geral, que não torna fácil o quadro de conjunto.² Uma parte das descrições não pode deixar de ser conjectural. E sabe-se que é imprudente conceder um crédito excessivo à futurologia.³

Em lugar de organizar um quadro que não poderá ser completo, partiremos de uma característica que determina imediatamente nosso objeto. O saber científico é uma espécie de discurso. Ora, pode-se dizer que há quarenta anos as ciências e as técnicas ditas de vanguarda versam sobre a linguagem: a fonologia e as teorias linguísticas,⁴ os problemas da comunicação e a cibernética,⁵ as matemáticas modernas e a informática,⁶ os computadores e suas linguagens,⁷ os problemas de tradução das linguagens e a busca de compatibilidades entre linguagens-máquinas,⁸ os problemas de memorização e os bancos de dados,⁹ a telemática e a instalação de terminais “inteligentes”,¹⁰ a paradoxologia:¹¹ eis aí algumas provas evidentes, e a lista não é exaustiva.

Parece que a incidência destas informações tecnológicas sobre o saber deva ser considerável. Ele é ou será afetado em suas duas principais funções: a pesquisa e a transmissão de conhecimentos. Quanto à primeira, um exemplo acessível ao leigo é dado pela genética, que deve seu paradigma teórico à cibernética. Há uma infinidade de outros exemplos. Quanto à segunda, hoje em dia já se sabe como, normalizando, miniaturizando e comercializando os aparelhos, modificam-se as operações de aquisição, classificação, acesso e exploração dos conhecimentos.¹² É razoável pensar que a multiplicação de máquinas informacionais afeta e afetará a circulação dos conhecimentos, do mesmo modo que o desenvolvimento dos meios de circulação dos homens (transportes), dos sons e, em seguida, das imagens (*media*)¹³ o fez.

Nesta transformação geral, a natureza do saber não permanece intacta. Ele não pode se submeter aos novos canais, e tornar-se operacional, a não ser que o conhecimento possa ser traduzido em quantidades de informação.¹⁴ Pode-se então prever que tudo o que no saber constituído não é traduzível será abandonado, e que a orientação das novas pesquisas se subordinará à condição de tradutibilidade dos resultados eventuais em linguagem de máquina. Tanto os “produtores” de saber como seus utilizadores devem e deverão ter os meios de traduzir nestas linguagens o que alguns buscam inventar e outros aprender. As pesquisas versando sobre estas máquinas-intérpretes já estão adiantadas.¹⁵ Com a hegemonia da informática, impõe-se uma certa lógica e, por conseguinte, um conjunto de prescrições que versam sobre os enunciados aceitos como “de saber”.

Pode-se então esperar uma explosiva exteriorização do saber em relação ao sujeito que sabe (*sachant*), em qualquer ponto que este se encontre no processo de conhecimento. O antigo princípio segundo o qual a aquisição do saber é indissociável

da formação (*Bildung*) do espírito, e mesmo da pessoa, cai e cairá cada vez mais em desuso. Esta relação entre fornecedores e usuários do conhecimento e o próprio conhecimento tende e tenderá a assumir a forma que os produtores e os consumidores de mercadorias têm com estas últimas, ou seja, a forma valor. O saber é e será produzido para ser vendido, e ele é e será consumido para ser valorizado numa nova produção: nos dois casos, para ser trocado. Ele deixa de ser para si mesmo seu próprio fim; perde o seu “valor de uso”.¹⁶

Tem-se que o saber tornou-se nos últimos decênios a principal força de produção,¹⁷ que já modificou sensivelmente a composição das populações ativas nos países mais desenvolvidos¹⁸ e constitui o principal ponto de estrangulamento para os países em vias de desenvolvimento. Na idade pós-industrial e pós-moderna, a ciência conservará e sem dúvida, reforçará ainda mais sua importância na disputa das capacidades produtivas dos Estados-nações. Esta situação constitui mesmo uma das razões que faz pensar que o afastamento em relação aos países em vias de desenvolvimento não cessará de alargar-se no futuro.¹⁹

Mas este aspecto não deve fazer esquecer outro que lhe é complementar. Sob a forma de mercadoria informacional indispensável ao poderio produtivo, o saber já é e será um desafio maior, talvez o mais importante, na competição mundial pelo poder. Do mesmo modo que os Estados-nações se bateram para dominar territórios, e com isto dominar o acesso e a exploração das matérias-primas e da mão de obra barata, é concebível que eles se batam no futuro para dominar as informações. Assim encontra-se aberto um novo campo para as estratégias industriais e comerciais e para as estratégias militares e políticas.²⁰

Contudo, a perspectiva assim aberta não é tão simples como se diz. Pois a mercantilização do saber não poderá deixar intacto

o privilégio que os Estados-nações modernos detinham e detêm ainda no que concerne à produção e à difusão dos conhecimentos. A ideia de que estes dependem do “cérebro” ou do “espírito” da sociedade que é o Estado será suplantada à medida que seja reforçado o princípio inverso, segundo o qual a sociedade não existe e não progride a não ser que as mensagens que nela circulem sejam ricas em informação e fáceis de decodificar. O Estado começará a aparecer como um fator de opacidade e de “ruído” para uma ideologia da “transparência” comunicacional, que se relaciona estritamente com a comercialização dos saberes. É sob este ângulo que se arrisca a apresentar-se com uma nova acuidade o problema das relações entre as instâncias econômicas e as instâncias estatais.

Já nos decênios anteriores, aquelas puderam pôr em perigo a estabilidade destas graças às novas formas de circulação de capitais, às quais deu-se o nome genérico de empresas multinacionais. Estas formas implicam que as decisões relativas ao investimento escapam, pelo menos em parte, ao controle dos Estados-nações.²¹ Com a tecnologia informacional e telemática, a questão corre o risco de tornar-se ainda mais espinhosa. Admitamos, por exemplo, que uma firma como a IBM seja autorizada a ocupar uma faixa do campo orbital da Terra para implantar satélites de comunicação e/ou de banco de dados. Quem terá acesso a isto? Quem definirá os canais ou os dados proibidos? O Estado? Ou ele será um usuário como os outros? Novamente, surgem problemas de direito, e através deles a questão: quem saberá?

A transformação da natureza do saber pode assim ter sobre os poderes públicos estabelecidos um efeito de retomo tal que os obrigue a reconsiderar suas relações de direito e de fato com as grandes empresas e mais genericamente com a sociedade civil. A reabertura do mercado mundial, a retomada de uma competição

econômica ativa, o desaparecimento da hegemonia exclusiva do capitalismo americano, o declínio da alternativa socialista, a abertura provável do mercado chinês às trocas, e muitos outros fatores, vêm preparar os Estados, neste final dos anos 70, para uma revisão séria do papel que se habituaram a desempenhar desde os anos 30, que era de proteção e guia, e até de planificação dos investimentos.²² Neste contexto, as novas tecnologias, pelo fato de tornarem os dados úteis às decisões (portanto, os meios de controle) ainda mais instáveis e sujeitas à pirataria, não podem senão exigir urgência deste reexame.

Em vez de serem difundidos em virtude do seu valor “formativo” ou de sua importância política (administrativa, diplomática, militar), pode-se imaginar que os conhecimentos sejam postos em circulação segundo as mesmas redes da moeda, e que a clivagem pertinente a seu respeito deixa de ser saber/ignorância para se tornar como no caso da moeda, “conhecimentos de pagamento/conhecimentos de investimento”, ou seja: conhecimentos trocados no quadro da manutenção da vida cotidiana (reconstituição da força de trabalho, “sobrevivência”) *versus* créditos de conhecimentos com vistas a otimizar as *performances* de um programa.

Neste caso, poderia se tratar tanto da transparência como do liberalismo. Este não impede que nos fluxos de dinheiro uns sirvam para decidir, enquanto outros não sejam bons senão para pagar. Imaginam-se paralelamente fluxos de conhecimentos passando pelos mesmos canais e de mesma natureza, mas dos quais alguns serão reservados aos “decisores”, enquanto outros servirão para pagar a dívida perpétua de cada um relativa ao vínculo social.

NOTAS

1. A. Touraine, *La Société postindustrielle*, Denoël, 1969; D. Bell, *The Coming of Post-Industrial Society*, Nova York, 1973; Ihab Hassan, *The Dismemberment of Orpheus: Toward a Postmodern Literature*, Nova York, Oxford U. P., 1971; M. Benamou & Ch. Caramello ed., *Performance in Postmodern Culture*, Wisconsin, Center for XXth Century Studies & Coda Press, 1977; M. Köler, “Postmodernismus: ein begriffsgeschichtlicher Ueberblick”, *Amerikastudien* 22, 1 (1977).
2. Uma expressão literária doravante clássica é dada por M. Butor, *Mobile. Étude pour une représentation des États-Unis*, Gallimard, 1962.
3. Jif Fowles ed., *Handbook of Futures Research*, Westport, Conn., Greenwood Press, 1978.
4. N. S. Trubetzkov. *Grundzüge der Phonologie*, Praga, T.C.L.P., VII, 1939; t.f., Cantineau, *Principes de phonologie*, Paris, Klincksieck, 1949.
5. N. Wiener. *Cybernetics and Society. The Human Use of Human Beings*, Boston, Houghton Mifflin, 1949; t.f., *Cybernétique et Société*, Deux Rives, 1949, 10/18, 1960. W. R. Ashby, *An Introduction to Cybernetics*, Londres, Chapman and Hall, 1956.
6. Ver a obra de Johannes von Neumann (1903-1957).
7. S. Bellert. “La formalisation des systèmes cybernétiques”, in *Le concept d’information dans la science contemporaine*, Minuit, 1965.
8. G. Mounin. *Les problèmes théoriques de la traduction*, Gallimard, 1963. Data-se de 1965 a revolução dos computadores com a nova geração dos computadores 360 IBM: R. Moch. “Le tournant informatique”. *Documents contributifs*, annexe IV. *L’informatisation de la société*. La Documentation Française, 1978; R. M. Ashby. “La seconde generation de la micro-électronique”. *La Recherche* 2 (junho 1970), 127 sq.
9. C. L. Gaudfernan & A. Taib, “Glossaire”. in P. Nora & A. Mine. *L’informatisation de la société*. La Documentation française. 1978. R. Beca.

- “Les banques de données”. *Nouvelle informatique et nouvelle croissance*, annexe I. *L’informatisation...*, loc. cit.
10. L. Joyeux. “Les applications avancées de l’informatique”. *Documents contributifs*. loc. cit. Os terminais domésticos (*integrated Video Terminals*) serão comercializados antes de 1984 por aproximadamente 1.400 dólares, segundo um informe do International Resource Development. *The Home Terminal*. Conn., LR.D. Press, 1979.
 11. P. Watzlawick. J. Helmick-Beavin. D. Jackson. *Pragmatics of Human Communication. A Study of Interactional Patterns, Pathologies, and Paradoxes*. Nova York, Northorn, 1967; t.f., J. Mosche, *Une logique de la communication*. Seuil, 1972.
 12. J. M. Treille, do Grupo de análise e de prospectiva dos sistemas econômicos e tecnológicos (G.A.P.S.E.T.), declara: “Não se fala o bastante das novas possibilidades de disseminação da memória, em particular graças aos semicondutores e aos *lasers* [...]. Cada um poderá em breve estocar a baixo preço a informação onde ele quiser, e dispor além disso de capacidades de tratamento autônomas” (*La semaine media* 16, 15 fevereiro 1979). Segundo uma enquete da National Scientific Foundation, mais de um em dois alunos de *high school* utiliza correntemente os serviços de um computador; os estabelecimentos escolares possuirão os seus desde o início dos anos 80 (*La semaine media* 13, 25 janeiro 1979).
 13. L. Brunel. *Des machines et des hommes*. Montreal, Quebec Science, 1978; J.-L. Missika & D. Wolton. *Les réseaux x peasants*. Librairie technique et doc., 1978. O uso da videoconferência entre Quebec e Paris está em vias de se tornar um hábito: em novembro e dezembro de 1978 realizou-se o quarto ciclo de videoconferências *en direct* (pelo satélite Symphonie) entre Quebec e Montreal, de um lado, e Paris (Université Paris Nord e Centre Beaubourg) de outro (*La semaine media* 5. 50 novembro 1978). Outro exemplo, o jornalismo eletrônico. Os três grandes canais americanos A.B.C., N.B.C. e C.B.S. de tal modo multiplicaram seus estúdios de produção através do mundo, que quase todos os eventos que ocorrem podem

- agora ser tratados eletronicamente e transmitidos aos Estados Unidos por satélite. Apenas os escritórios de Moscou continuam a trabalhar com filmes, que eles expedem de Frankfurt para difusão por satélite. Londres tornou-se o grande *packing point* (*La semaine media* 20, 15 março 1979).
14. A unidade de informação é o *bit*. Para suas definições, ver Gaudfernan & Taïb, “Glossaire”, *loc. cit.* Discussão em R. Thom, “Un protégé de la sémantique: l’information” (1973), in *Modèles mathématiques de la morphogénèse*, 10/18, 1974. A transmissão das mensagens em código digital permite notadamente eliminar as ambivalências: ver Watzlawick *et al. op. cit.*, 98.
 15. As firmas Craig e Lexicon anunciam a colocação no mercado de tradutores de bolso; quatro módulos em línguas diferentes aceitos simultaneamente, cada um com 1.500 palavras e memória. A Weidner Communication Systems Inc. produz um *Multilingual Word Processing* que permite ampliar a capacidade de um tradutor médio de 600 para 2.400 palavras por hora. Possui uma tríplice memória: dicionário bilíngue, dicionário de sinônimos, índice gramatical (*La semaine media*, 6, 6 dezembro 1978, 5).
 16. J. Habermas, *Erkenntnis und Interesse*, Frankfurt, 1968; t.f. Brohm & Cléménçon, *Connaissance et intérêt*, Gallimard, 1976.
 17. A base (*Grundpfeiler*) da produção e da riqueza [...] torna-se a inteligência e a dominação da natureza na existência do homem enquanto corpo social”, de modo que “o saber social geral, o *knowledge*, tornou-se força de produção imediata”, escreve Marx nos *Grundrisse der Kritik der politischen Oekonomie* (1857-1858), Berlin, Dietz Verlag, 1953, 594; t.f. Dangeville, *Fondements de l’économie politique*, Anthropos, 1968, I, 223. Todavia, Marx concede que não é “na forma do saber, mas como órgão imediato da práxis social”, que o conhecimento torna-se força, isto é, como máquinas: estas são “órgãos do cérebro humano forjados pela mão do homem, da força de saber objetivada”. Ver P. Mattick, *Marx and Keynes, The Limits of the Mixed Economy*, Boston, Sargent, 1969; t.f. Bricianier, *Marx et Keynes, Les limites de réconomie mixte*, Gallimard, 1972. Discussão em J. F. Lyotard,

“La place de l’aliénation dans le retournement marxiste” (1969), in *Dérive à partir de Marx et Freud*, 10/18, 1973.

18. A composição da categoria de trabalhadores (*labor force*) nos Estados Unidos modificou-se, em vinte anos (1950-1971), como se segue:

	1950	1971
Trabalhadores de fábricas, de serviços ou agrícolas	62,5%	51,4%
Profissionais liberais e técnicos	7,5%	14,2%
Empregados	30	34

(*Statistical Abstracts*, 1971)

19. Em razão da duração do tempo do “fabricação” de um técnico superior ou de um cientista médio relativamente ao tempo de extração de matérias-primas e de transferência de capital moeda. Ao final dos anos 60, Mattick avaliava a taxa de investimento líquido nos países subdesenvolvidos entre 3 e 5% do P.N.B., nos países desenvolvidos entre 10 e 15% (op. cit., t.f. 287).
20. Nora & Mine, *L’informatisation de la société*, loc. cit., notadamente a primeira parte: “Les défis”, Y. Stourdzé, “Les États-Unis et la guerre des communications”, *Le Monde*, 13-15 dezembro 1978. Valor de mercado mundial dos instrumentos de telecomunicação em 1979: 30 bilhões de dólares; estima-se que em dez anos ela atingirá 68 bilhões (*La semaine media*, 19, 8 março. 1979, 9).
21. F. de Combret, “Le redéploiement industriel”, *Le Monde*, abril 1978; H. Lepage, *Demain le capitalisme*, Paris, 1978; Alain Cotta, *La France et l’impératif mondial*, P.U.F., 1978.
22. Trata-se de “enfraquecer a administração”, de chegar ao “Estado mínimo”. É o declínio do Welfare State, concomitantemente à “crise” que se iniciou em 1974.